

## **REMUNERAÇÃO DOS PROFESSORES NAS REDES MUNICIPAIS NO PARANÁ (2008-2019)**

Andréa Barbosa Gouveia  
Universidade Federal do Paraná (UFPR)  
andrea-gouveia@uol.com.br

### **INTRODUÇÃO**

A recente trajetória brasileira está marcada por uma crise política, econômica e sanitária. A crise instaurada no segundo governo da presidenta Dilma Rousseff, que resultou no seu afastamento em 2016, sem comprovação de crime de responsabilidade, representou uma ruptura no paradigma neodesenvolvimentista em curso durante os governos de coalizão do PT (MOARES; SAAD-FILHO, 2011) e a imposição de um paradigma de austeridade fiscal pelos dois governos que sucederam o golpe. A trajetória instável do Produto Interno Bruto (PIB) a partir de 2015 e os efeitos sobre o mercado de trabalho e a renda da população são elementos que sintetizam o contexto de crise em termos econômicos. As possibilidades de alocação de recursos em políticas sociais tensionadas constantemente pela demanda de setores do mercado pela manutenção da estrutura financeira da economia capitalista contemporânea (BLYTH, 2020) tem drenado recursos orçamentários de políticas sociais para o pagamento de juros e custos da dívida (SALVADOR, 2017).

No caso específico da educação, considera-se um duplo movimento de perdas, um está diretamente resultante da retração da economia, pois, considerando que a base do financiamento da educação é percentual da arrecadação (FARENZENA, 2006), o cenário de crise que leva à diminuição da arrecadação provoca um movimento inercial de reflexo da arrecadação no percentual de receita disponível. Agregado a isso, o segundo elemento de perdas se refere a cortes orçamentários que restringem o financiamento da educação ao mínimo obrigatório, quando não ao descumprimento da vinculação mínima. A estrutura de custos na educação tem nos gastos com pessoal seu elemento central, como já demonstrado na literatura (PINTO, 2015). Tal característica coloca as tensões em torno das disputas orçamentárias diretamente nas políticas de valorização dos profissionais da educação.

Essas notas breves não esgotam o que constitui a crise econômica e de financiamento das políticas públicas em curso no Brasil, porém sumarizam o contexto de maneira a permitir a discussão dos efeitos de tal cenário na trajetória de valorização dos profissionais da educação, especialmente no caso desta pesquisa, na luta pela valorização do magistério.

Este trabalho apresenta resultados de pesquisa sobre o perfil da remuneração de professores nos municípios do estado do Paraná no período de 2008 a 2019. O uso das fontes secundárias foi o procedimento metodológico prioritário, com destaque para dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) referentes aos vencimentos iniciais e remuneração média dos professores das redes municipais do Paraná. Apresentamos a seguir a síntese do debate especificamente sobre a remuneração dos professores e os efeitos do contexto de austeridade.

## **A REMUNERAÇÃO DOS PROFESSORES DAS REDES MUNICIPAIS DE ENSINO NO PARANÁ**

A literatura sobre valorização de professores, especialmente sobre remuneração, tem indicado a complexidade das relações entre contexto e políticas de valorização. Estudo de Camargo *et al* (2006) destacam que a remuneração de professores tem correlação com indicadores econômicos locais, porém não são apenas reflexos destes; Gouveia (2009) reafirma essa ponderação no caso dos municípios paranaenses cotejado com as formas de organização sindical, Silva (2021) apresenta o contexto de variações na remuneração docente, colocando ênfase na correlação com os partidos do prefeito nos municípios brasileiros no anos 2000.

A partir do reconhecimento da complexidade dessas interações e do tensionamento da trajetória da valorização de professores frente ao desmonte nacional das políticas públicas, privilegia-se a análise do período de 2012 a 2019 a partir da RAIS. Optou-se por destacar neste momento a remuneração média dos professores das redes municipais, considerando os anos de 2008, 2012, 2016 e 2019. A escolha dos períodos justifica-se pelo marco da aprovação do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), em 2008; a mudança de gestões municipais em 2012 e 2016; e o ano de 2019 ser o último com dados disponíveis da RAIS, o que possibilita uma aproximação com os efeitos da crise na remuneração docente.

A tabela 1 apresenta uma síntese descritiva do movimento da média da remuneração nos municípios paranaenses. A primeira informação é que em nenhum dos anos a RAIS apresenta dados para todos os municípios paranaenses, e o número de municípios sem informações é maior em 2019. O segundo destaque é que a média da remuneração tem crescimento no período, porém o desvio padrão também, o que indica a ampliação da variação em torno da média, o que pode significar aumento de desigualdades de remuneração. Optou-se por desagregar a média, considerando os professores agrupados por percentis, dessa forma, remunerações mais altas que influenciam na média ficam controladas. Observe-se que 90% dos professores nas redes municipais do Paraná tinham média remuneração de até 3.563 reais<sup>1</sup>.

Ao compararem-se as condições da média de remuneração em 2008 e 2019, observa-se que houve crescimento acumulado de 56%, porém chama atenção que o crescimento não se reproduza da mesma forma nos diferentes percentis; quando consideram-se os 10% dos municípios com as menores remunerações, observa-se que eles ampliaram a média em 61%, enquanto os municípios com maiores médias de remuneração ampliaram sua média em 44%. Isto pode ter relação com vários fatores, cabe destacar como hipótese aqui a relação possível com a legislação do PSPN, pois, onde a remuneração dos professores for mais baixa, a probabilidade do reajuste anual do PSPN ser mais efetivo é maior.

---

<sup>1</sup> Vários elementos precisam ser considerados nesta média, a carga horária semanal e a formação dos professores são componentes fundamentais da leitura das médias de remuneração. Dada a opção de sumarizar os resultados neste relatório, optou-se por não trabalhar com estas variações.

Tabela 1: Média remuneração de todos os professores informados na RAIS, por cidade, Paraná, anos escolhidos. Valores reais (INPC, 2020)

Medidas		2008	2012	2016	2019
N	Casos	382	386	380	341
	Ausentes	17	13	19	58
Média.		1.846,21	2.308,77	2.632,47	2.890,35
Mediana		1.742,64	2.222,15	2.578,57	2.830,26
Desvio Padrão		518,31	540,62	521,97	747,99
Percentis	10	1.335,70	1.792,57	2.073,52	2.148,89
	20	1.449,50	1.925,87	2.221,25	2.415,98
	25	1.498,06	2.000,79	2.302,34	2.454,63
	30	1.547,34	2.054,13	2.353,93	2.527,81
	40	1.652,00	2.135,27	2.477,36	2.684,55
	50	1.742,64	2.222,15	2.578,57	2.830,26
	60	1.860,81	2.323,68	2.666,40	2.941,34
	70	1.994,54	2.440,27	2.820,41	3.117,66
	75	2.067,39	2.510,36	2.881,02	3.236,60
	80	2.174,59	2.571,39	2.977,64	3.321,50
90	2.473,08	2.881,62	3.204,50	3.563,03	

Fonte: RAIS (2008, 2012, 2016, 2019)

Outra forma de analisar a movimentação é considerando o fluxo das médias em cada período. A tabela 2 sintetiza essas medidas, observa-se o movimento bastante marcante de diminuição do ritmo de crescimento das médias de remuneração. Considerando a média geral, o período de 2008-2012 resulta em uma variação de 25,05% na média das remunerações, entre 2012-2016 a variação foi de 14,02 e, no período de 2016-2020, foi de apenas 9,80%, o que evidencia uma retração no ciclo de valorização salarial dos professores municipais.

Tabela 2: Variação da remuneração por períodos.

Medidas		2008-2012	2012-2016	2016-2020
Média.		25,05	14,02	9,80
Mediana		27,52	16,04	9,76
Desvio Padrão		4,30	3,45	43,30
Percentis	10	34,20	15,67	3,63
	20	32,86	15,34	8,77
	25	33,56	15,07	6,61
	30	32,75	14,60	7,39
	40	29,25	16,02	8,36
	50	27,52	16,04	9,76
	60	24,87	14,75	10,31
	70	22,35	15,58	10,54
	75	21,43	14,77	12,34
	80	18,25	15,80	11,55
	90	16,52	11,20	11,19

Fonte: RAIS (2008, 2012, 2016, 2019)

Apesar de o conjunto de dados ser restrito para uma análise geral da valorização dos professores, são suficientes para contextualizar o cenário de quebra de um ciclo virtuoso em relação ao compromisso com a valorização do magistério, evidenciando que: 1) para o conjunto das redes municipais do Paraná, o contexto de austeridades fiscal imposto pela agenda nacional significou a diminuição do ritmo de valorização do magistério pela via da remuneração; 2) os efeitos sobre o magistério em diferentes cidades precisam ser considerados a partir de dinâmicas locais orçamentárias e de lutas políticas; 3) as condições locais de ruptura com um ciclo comprometido com a valorização se expressa em congelamento das carreiras e/ou diminuição dos reajustes anuais que incidem sobre as perdas inflacionárias na remuneração.

## REFERÊNCIAS

ARRETCHE, M; MARQUES, E; FARIA, C. A. P. **As políticas da política: desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e do PT.** São Paulo: Editora da UNESP, 2020.

BLYTH, M. **Austeridade: a história de uma ideia perigosa.** São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FARENZENA, N. **A política de financiamento da educação básica: rumos da legislação brasileira.** Porto Alegre, UFRGS, 2006.

LEBARON, F. Sociologia e ciências sociais em tempos de austeridade. **Sociedade e Estado**, v. 33, n. 2, p. 529-537, maio/ago., 2018.

MARANHÃO, R de A.; SENHORAS, L. M. Orçamento de guerra no enfrentamento à Covid-19: entre manobras parlamentares e batalhas políticas. **Boletim de Conjuntura**, v. 2, n. 6, 2020.

MORAIS, L; SAAD-FILHO, A. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 4, p. 507-2027, out./dez., 2011.

PINTO, J. M. R. Dinheiro traz felicidade? A relação entre insumos e qualidade na educação. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas: Education Policy Analysis Archives**, v. 22, p. 19, 2014.

SALVADOR, E. O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 130, p. 426-446, set./dez. 2017.

SILVA, M. Q. A desvalorização da remuneração docente na disputa pelo fundo público municipal: o caso de Curitiba-PR. **Fineduca: Revista de Financiamento da Educação**, v. 10, p. 1-17, 2020.

SILVA, M. Q. Remuneração docente de professores públicos municipais: a ideologia partidária como categoria de análise (2008-2016). **Fineduca: Revista de Financiamento da Educação**, v. 11, p. 1-19, 2021.